

A IMPORTÂNCIA DA MULHER

Aluna: Valeria Leoni Rodrigues

Professor Orientador: Flamarion Laba da Costa

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo, investigar o papel da mulher na sociedade, a forma como ela foi e continua sendo tratada historicamente, bem como a importância de inseri-la como sujeito da história. O mesmo utiliza-se de textos que procuram evidenciar sua trajetória e função em diferentes tempos na sociedade, descrevendo sobre a família, a educação, o trabalho e as transformações que foram necessárias para que a sociedade começasse a tratá-la sob um novo olhar. Faz também uma pequena referência ao pensamento de alguns estudiosos sobre a mulher, seus papéis e influências na sociedade, além do movimento feminista e sua importância, na busca pela tão almejada igualdade. Apresenta ainda, reflexões sobre o papel da mulher em diversos períodos e segmentos da sociedade.

Palavras-chave: Mulher, Gênero, Desigualdade, Educação, Sociedade.

ABSTRACT

This study aims to, investigate the role of women in society, the way it was and continues to be treated historically as well as the importance of embedding it as the subject of the story. The same is used in texts that seek to highlight its history and function at different times in society, describing the family, education, work and the changes that were necessary for society to begin to deal with it under a new look. It also makes a small reference to the thinking of some scholars on women, their roles and influences in society, beyond the feminist movement and its importance in the quest for equality as desired. It also, reflections on the role of women in different periods and segments of society.

Keywords: Women, Gender, Inequality, Education, Society.

INTRODUÇÃO

Atualmente as diferenças entre homens e mulheres, ligando o gênero ao trabalho, ao poder e ao sexismo na sociedade se tornaram um foco de pesquisas de área e uma realidade social importante.

Tanto as mulheres como os homens ocupam os mais diferentes papéis, que por sua vez, se constituem num conjunto de inter-relações que pode servir como objeto de investigação.

Como as mulheres, desde as sociedades mais antigas, sempre foram marginalizadas e até mesmo tratadas como aberração ou como um ser incompleto, torna-se evidente e necessário ir além de apenas nomear as grandes, mas sim buscar a história de muitas que permanecem invisíveis à história da humanidade.

Os sujeitos oprimidos ao longo da história foram representados na historiografia, na literatura, nos meios de comunicação de muitas formas, mas, sempre houve a predominância das representações produzidas pela classe dominante.

Podemos dizer que a história das mulheres é fundamental para se compreender a história geral, uma vez que ela é relacional, e inclui tudo o que envolve o ser humano, suas aspirações e realizações, seus parceiros e contemporâneos, suas construções e derrotas.

Escrever sobre a história das mulheres significa apresentar fatos pertinentes, idéias, perspectivas para todos que buscam refletir sobre o mundo contemporâneo ou procurem nele interferir. Trata-se de focar a mulher através das tensões e contradições que se estabelecem em diferentes épocas, tempos e sociedades. Desvendar as relações entre a mulher e o grupo, procurando mostrar que ela como ser social, articula-se com o fato social. As transformações da cultura e as mudanças nas idéias nascem das dificuldades de uma época, de um indivíduo, homem ou mulher.

Globalmente o trabalho das mulheres e das feministas permanece focalizado na localização do poder em bases de gênero. As questões de poder e as relações de gênero estruturam todas as facetas da vida. Pois são as relações de poder que determinam a divisão social do trabalho.

Uma pesquisa feminista reforça e argumenta sobre a necessidade de se estudar as mulheres, caso contrário, veríamos apenas parte da figura da raça humana.

Diante dos pressupostos, temos a intenção de realizar uma descrição, associada à uma análise de conceitos, diante dos quais, as mulheres na esfera pública, passam a ser submetidas a preconceitos e estigmatizações.

Analisar, compreender e discutir a educação da mulher no Brasil desde o período colonial até a atualidade, não esquecendo as diversas fases de luta por conquista de direitos como, o movimento feminista, passando pelo o trabalho nas fábricas até a luta de classes.

No primeiro momento abordou-se sobre o que alguns estudiosos pensam sobre a mulher, seus papéis e influências nas sociedades humanas, assim como o movimento feminista e sua importância na busca pela conquista de direitos para as mulheres e como elas, passando pela exploração trabalhista na fase da industrialização brasileira até as primeiras formas de participação na luta de classes.

No momento seguinte, tentamos focalizar determinados aspectos presentes no contexto social e que contribuíram para a evolução da educação feminina, desde o Brasil colônia, imperial, altamente influenciada pela mentalidade européia da época, bem como as representações sociais que contribuíram para as mudanças e permanências que interferem na ocupação do espaço público pelo segmento feminino.

O intuito é promover uma breve discussão de situações que permeiam a vida das mulheres nas sociedades patriarcais, como é o caso da nossa. O documento é, portanto, um momento de reflexão sobre os caminhos que as mulheres traçaram em suas vidas, porque, para que haja um reconhecimento político-social feminino, não basta que as mulheres apenas se conscientizem de seus entraves sociais. Além disso, se faz necessário que os homens percebam que uma sociedade melhor requer o reconhecimento de várias opressões sociais e uma constante reflexão dialógica, para que as existências não sejam anuladas e para que as diferenças tenham o espaço necessário para serem negociadas.

1. A IMPORTÂNCIA DA MULHER

A mulher era um ser destinado à procriação, ao lar, para agradar o outro. Durante o desenvolvimento das sociedades, a história registra a discriminação homem-mulher, principalmente em relação à educação. Ao atribuir aos homens a condição de donos do saber e às mulheres o papel feminino, subordinado ideologicamente ao poder masculino, a história vem salientar as desigualdades.

As concepções divulgadas no século XVII reforçaram a imagem da mulher como um ser sem vontade própria. Rousseau (GASPARI, 2003, p. 29) detinha um discurso de que a educação feminina deveria ser restrita ao doméstico, pois, segundo ele, elas não deveriam ir em busca do saber, considerado contrário à sua natureza. Essa sociedade que lutava tanto por liberdade, passou a exigir que as mulheres fizessem parte dela, mas como mães, guardiãs dos costumes, e como seres dispostos a servir o homem.

Kant (GASPARI, 2003, p. 31) usa um discurso sexista ao descrever sobre a mulher e seu viver para o homem, não a reconhecendo enquanto sujeito atuante da história. Foi influenciado por Rousseau ao utilizar a idéia de inferioridade feminina com relação à sua incapacidade de raciocinar como o homem, reforçando a idéia de inferioridade feminina.

No século XVII, utilizando-se de oportunidades que vão sendo oferecidas, como a freqüência a salões, onde podem se aproximar dos poetas, escritores e palestrantes, algumas mulheres conseguiram firmar-se no terreno intelectual. E, mesmo permanecendo as idéias preconceituosas de que a mulher não podia possuir ao mesmo tempo a beleza e a razão, algumas buscam aprimorar e adquirir conhecimentos intelectuais através de leituras. "[...] a natureza fez a mulher diferente do homem, atribuindo-lhe características inerentes. A sedução, por exemplo, é fonte de poder para a natureza feminina e a falta de autodeterminação da mulher é também intrínseca à sua natureza".(GASPARI, 2003, p. 32).

Para tentar, talvez, isentar-se da responsabilidade de ter sido autora da desigualdade social e política, na sociedade, implantou-se uma visão cultural de que a mulher é inferior ao homem e não pela educação que lhe foi negada.

Essa mesma visão não igualitária entre os sexos, que preconiza o masculino com base em preconceitos e esteriótipos, provavelmente foi a responsável pela

consolidação de uma sociedade machista nos séculos XIX e XX.

Ao analisarmos as idéias dos filósofos mencionados, fica evidente que no “período das luzes”, uma característica marcante foi a de pensar a diferença feminina, acentuada pela inferioridade, baseada no direito natural. No imaginário dos filósofos, não havia necessidade alguma de conferir à mulher um estatuto político, pois para a ideologia do século XVIII, o homem era a causa final da mulher.

Devido às idéias iluministas, o romantismo favoreceu o desenvolvimento e a expressão do amor em todas as suas formas. Nota-se a discriminação, consolidada pelo discurso da mulher frágil, emotiva, amorosa, incapaz, portanto, “inferior”, não permitindo o acesso ao conhecimento dessa condição opressiva.

No século XIX, surge um novo discurso filosófico sobre a mulher. Com as manifestações contra a discriminação feminina e a luta pelo direito ao voto, acontecimentos que prevêem uma melhoria na perspectiva da forma de viver das mulheres.

Nitzsche considera a mulher como “ser” fracassado que busca elevar-se alterando seus padrões próprios de conduta na sociedade.

Dá ao homem a responsabilidade de manter a mulher dependente e sob seu domínio. Assim, ele entende que o homem tem de “[...] conceber a mulher como 'posse' como propriedade a manter sob sete chaves, como algo destinado a servir e que só então se realiza.” (NIETZSCHE, 19992, p.143). Na sua concepção, ele define “cabeça oca” os homens que apóiam a emancipação feminina, a qual ele considera ponto alto para a regressão da mulher e sua desfeminização.

O preconceito às mulheres, evidenciado por vários filósofos contribuirá para sua não aceitação no espaço público protelando o acesso às oportunidades.

Como a história é dinâmica, valores e discursos vão se alterando, no século XIX, ampliam-se a reflexão sobre as mulheres, permeada pelo direito, a igualdade e a busca da emancipação, principalmente com a invenção do feminismo, cujo maior destaque será no século XX.

1.1. O FEMINISMO E A MUDANÇA DE PARADIGMA

O movimento feminista organizado surgiu nos Estados Unidos na segunda metade dos anos sessenta. Expandiu-se pelo ocidente propagando a libertação da

mulher e não apenas a emancipação.

Emancipar é buscar a igualdade em direitos, políticos, jurídicos e econômicos em relação ao homem. Libertar-se é ir além, realçar as condições de diversidade nas relações de gênero para que a mulher passe a ser vista como um indivíduo autônomo, um ser humano independente.

O socialismo no leste europeu comprovou que libertar a mulher é introduzi-la no processo produtivo. Precisou haver uma mudança sócio-cultural-psicológica na sociedade para que a mulher passasse a ser vista como sujeito.

No século XX, o movimento feminista se espalhou pelo mundo com manifestações como: queima de sutiãs em praça pública e libertação da mulher com a criação da pílula. Multiplicaram-se as palavras de ordem: “Nosso corpo nos pertence!” “O privado também é político!” “Diferentes, mas não desiguais!”.

Simone de Beauvoir, escritora francesa e feminista foi uma das referências para a construção da história do pensamento feminista do século XX. O ponto fundamental de seu trabalho é o de que as mulheres não tinham história, assim como poderiam avançar nas conquistas do espaço público e sentir orgulho de si próprias? Sua obra serviu de apoio e alerta ao movimento feminista.

Para Beauvoir (1980, p.291), uma mulher torna-se plenamente humana quando tem oportunidade de se dedicar ao exercício de atividades públicas e quando pode ser útil à sociedade: “[...] É um paradoxo criminoso recusar à mulher toda a atividade pública, vedar-lhe as carreiras masculinas, proclamar sua incapacidade em todos os terrenos e confiar-lhe a empresa mais delicada, mais grave que existe: a formação de um ser humano.” (GASPARI, 2003 p.42).

Para a filósofa, não se nasce mulher, torna-se mulher. A partir de tal posição, suas seguidoras, militantes feministas, nos anos sessenta irão fortalecer-se na sociedade.

As discussões sexistas características da esfera privada, onde o mundo doméstico era considerado como o “verdadeiro” espaço da mulher, foi sendo rompido com a ocupação fora do lar que algumas assumiram.

Um processo que envolve quebra de paradigmas, revisão de conceitos e novas formas de agir e pensar, mudança de mentalidade e comportamento é lento e conflituoso. Idéias, conceitos e valores, enraizados por séculos em uma sociedade não desaparecem de um momento para o outro.

Os estudos feministas, por seu caráter político deixaram uma contribuição valiosa pela qual se efetivaram as problematizações a partir de uma análise da trajetória histórica das mulheres a ser reconhecida, valorizada e digna de ser discutida, para então, chegar-se à desconstrução das diferenças.

No Brasil, em 1972 surgiu na cidade de São Paulo um grupo organizado de feministas. Pouco a pouco temas do feminino e do feminismo ocuparam fóruns nacionais de debate, como por exemplo, o realizado em Belo Horizonte em 1975. No mesmo ano, surgiu no Rio de Janeiro o Centro da Mulher Brasileira, e em São Paulo, realizou-se o encontro para Diagnostico da Mulher Paulista; surgiu o Movimento Feminino pela Anistia e foi lançado o Jornal Brasil Mulher, que circulou de 1975 a março de 1980. Entre 1976 e 1978, circulou o Nós Mulheres, e em março de 1981 é lançado o Mulherio, que foi leitura obrigatória das feministas, por mais de cinco anos.

Muitas mulheres participaram ativamente da ditadura militar. Entre 1970 e 1980, o movimento das mulheres defendeu a Redemocratização do país. Nas camadas mais populares, com o apoio da Igreja Católica, surgiram clubes de mães e associações de donas de casa. E pelo país afora, sem vínculo com a religião, também surgiram movimentos como a Rede de Mulher, em defesa dos critérios da mulher e da cidadania feminina. Aos poucos, elas foram se organizando em movimentos como: negras, prostitutas, lésbicas, trabalhadoras rurais e urbanas, empresárias etc.

A partir de 1977, o movimento feminista passou a seguir outras tendências, algumas voltadas para a discriminação do aborto ou a equiparação profissional com os homens, por exemplo. Muitas mulheres conseguiram conquistar postos de trabalho, antes só ocupados por homens, como cargos políticos, por exemplo. Com a crise familiar da sociedade, muitas passaram a exercer o cargo de chefes de família também.

A mulher sempre foi considerada como o outro pelo homem e não como o semelhante. E somente quando homens e mulheres vejam-se como seres incompletos, que necessitam de apoio mútuo para desenvolver sua condição humana é que teremos uma sociedade melhor. Que a perspectiva de se pensar em um novo paradigma para a compreensão do mundo onde as reivindicações de igualdade na diferença tão difundida pelo movimento feminista, passe a constituir-se

como algo realmente importante, onde homens e mulheres consigam superar as situações comuns de opressão e se identifiquem cada vez mais como seres humanos.

2. A EDUCAÇÃO DA MULHER NO BRASIL-COLONIAL

Para o imaginário da sociedade daquela época, a mulher deveria ocupar-se por inteiro e confinar-se no espaço familiar. Portanto, deveria ser educada para a dedicação exclusiva às tarefas familiares e à educação dos filhos.

Até meados do século XV, para a metrópole, a educação da mulher era considerada como desnecessária e vista com certo descaso, principalmente no que se refere ao campo cultural. No imaginário masculino predominava a idéia de que mantendo a mulher com pouca instrução, sem acesso à arte de ler e escrever, restrita ao espaço doméstico, facilitaria a imposição da supremacia masculina.

Para reproduzir e fixar o padrão étnico europeu no Brasil, muitas mulheres brancas, sem preocupação com classe social ou moral, foram importadas para serem reprodutoras dos varões portugueses na Colônia.

Havia claramente uma ausência de liberdade de escolha por parte das mulheres que eram obrigadas a servir aos propósitos da Coroa e da sua política demográfica. Tratadas como seres desiguais, sendo levadas a manter a mentalidade da época, onde sua função principal era a de procriar.

Devido à influência das instituições sociais e o código de valores e de comportamento trazidos da Europa, a vida e a postura da mulher brasileira permaneceu atrelada à aceitação da sua permanência no interior do domicílio.

A ausência, na sociedade da época, pela preocupação com a educação da mulher, denotam as relações de poder a que estavam submetidas. Como os interesses econômicos estavam acima da dignidade e do respeito à mulher, muitas foram roubadas e espoliadas pelos homens da família.

Como não havia um sistema formal de educação feminina, os conventos no Brasil, fundados a partir do século XVII, constituíram-se em espaços no qual a mulher teve acesso à educação. Como a Coroa estava mais preocupada com a política de povoamento da Colônia para a proteção das fronteiras, além da mestiçagem que se ampliava rapidamente, retardaram tal empreendimento.

Para as mulheres, os conventos foram espaços contraditórios: em um momento são impedidas de entrar, em outro, são levadas a revelia. Era uma alternativa para que as mulheres pudessem fugir de casamentos indesejados, apesar de muitas vezes servirem de suporte para trancafiar mulheres sem vocação, indesejadas pelos pais ou maridos, ou para resolver problemas de honra.

A atitude das mulheres reclusas nem sempre foi só de submissão: muitas se rebelavam e fugiam, outras se tornavam excelentes administradoras dos próprios conventos.

Nota-se que a educação nos internatos femininos reafirmava a mentalidade da época sobre a postura de preparar adequadamente as jovens a partir das expectativas da sociedade.

Ao final do século XIX, num período em que as mulheres eram educadas para permanecer no recinto do lar, as freiras participavam de atividades como, no campo da educação, da saúde e assistência social, comuns na sociedade. Conscientes ou inconscientemente as religiosas influenciaram outras mulheres.

3. A EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL IMPERIAL

No Século XIX, (1808), mesmo com a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, não causou, mesmo com as imediatas inovações culturais, alterações sobre a educação feminina. São criadas algumas “[...] escolas leigas para as meninas da elite e são contratadas preceptoras de Portugal, da França e, posteriormente, da Alemanha para educá-las em casa”. (ARANHA, 2000, p. 95).

No entanto, o objetivo era o desenvolvimento de habilidades artísticas nos trabalhos manuais e o envolvimento com a organização da casa e os cuidados com o marido, ou seja, que a mulher fosse preparada de acordo com o seguinte ditado português: “uma mulher já é bastante instruída quando lê corretamente suas orações e sabe escrever a receita da goiabada. Mais do que isto seria um perigo para o lar” (CRAVO, 1973, p. 11).

Ousando desafiar a ideologia dominante da época, sobre a educação e a postura da mulher na família e na sociedade, muitas buscaram integrar-se em acontecimentos históricos importantes, ultrapassando o espaço doméstico, portanto, rompendo com os paradigmas estabelecidos que tolhiam suas iniciativas.

A mulher, embora impedida de se instruir, manifestar-se e realizar-se como “ser para si”, tendo que enfrentar a autoridade masculina e os preconceitos sociais, de acordo com suas possibilidades, procurou imprimir a sua “marca”.

A educação feminina brasileira, no século XIX, ainda estava fortemente vinculada à herança portuguesa, com os mesmos preconceitos e limites impostos pelo reino, onde o objetivo da instrução era a preparação para o casamento, o qual deveria ser a maior aspiração das mulheres.

Em consequência do Ato Adicional de 1834, décadas de 30 e 40 do século XIX, nesse contexto histórico foi criada a Escola Normal no Brasil. Os pretendentes a uma vaga, deveriam ser portadores de idoneidade moral como ponto mais relevante do que sua formação intelectual.

Em 1851, a Escola Normal foi extinta, sendo reorganizada só em 1859, reiniciando suas funções só em 1862.

As escolas femininas se preocupavam em desenvolver determinadas habilidades manuais, coerentes com o que se concebia como atividades relacionadas à natureza da mulher, com o objetivo de facilitar a entrada de meninas das classes populares no mercado de trabalho.

Faz-se necessário reconhecer que a entrada das mulheres nas Escolas Normais trouxe forte possibilidade de acesso à instrução pública, favorecendo a abertura de um espaço profissional. Espaço esta conquistado pela recusa feminina à desigualdade, à passividade e à inoperância a que até, então, estavam submetidas.

As Escolas Normais abrem novas possibilidades às mulheres solteiras, tornando-se uma forma de trabalhar, para as que não conseguiram se casar, e assim deixariam de ser um peso para a sociedade. Além disso, o magistério, visto como um prolongamento das funções maternas era aceitável como profissão de mulher. “[...] Neste sentido, a mulher passa a ser essencial na esfera pública e algumas ações que lhes eram pertinentes no espaço privado irão ampliar-se ao público pela sua ação educativa junto às crianças.” (GASPARI, 2003, p. 59).

Algumas vozes afirmaram que as mulheres tinham, por natureza, uma inclinação para o trato com crianças por serem as primeiras e naturais educadoras, nada mais certo do que lhes confiar a educação dos pequenos. Se a maternidade era o destino primordial da mulher, o magistério representaria uma extensão dessa maternidade, e para tanto seria representado como a uma atividade de amor, de

entrega e doação.

A partir de então passaram a ser associadas ao magistério características tipicamente femininas: paciência, minuciosidade, afetividade, doação. Características essas que vão se articular à tradição religiosa de que a docência deve ser percebida mais como um “sacerdócio” do que uma profissão.

Entretanto, esse pensamento de abertura de espaço para a mulher no mundo, foi contrariado por teóricos que defendiam que a mulher deveria permanecer seu espaço natural, o “doméstico”, sem poder participar das alterações que ocorriam na sociedade. Isso mostra que, a inserção profissional da mulher não ocorreu sem os conflitos característicos das mudanças e do surgimento do novo. Resistências, críticas ou concordâncias, vozes que se levantaram para expor e argumentar seus pontos de vista. Pra muitos ainda era muito difícil e insensato aceitar essas mulheres, que muitas vezes haviam sido consideradas portadoras de pouca competência intelectual ou racionalidade.

4. MULHERES NA SALA DE AULA

Depois da Proclamação da República, o discurso oficial era o da necessidade de se construir a imagem de um país de caráter colonial, atrasado, inculto e primitivo. Sem deixar de lembrar que os mesmos homens e grupos sociais continuavam nas suas posições estratégicas nos jogos de poder.

Recorria-se ao discurso sobre a importância da educação para a modernização do país. Criticava-se o abandono educacional em que se encontrava a maioria das províncias. Enquanto nas cidades e povoados, o país caminhava rumo ao século XX, na imensidão rural, grande parte da população continuava analfabeta.

Nos idos de 1827, os legisladores haviam determinado que se estabelecessem “escolas de primeiras letras”, em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos do Império. A realidade era muito distante dessa imposição legal: era uma sociedade escravocrata, predominantemente rural, onde latifundiários e coronéis teciam as tramas políticas e silenciavam agregados, mulheres e crianças.

As poucas escolas fundadas por congregações e ordens religiosas femininas ou masculinas, claro que em maior número para os meninos, mantidas por leigos – professores para os meninos e professoras para as meninas, pessoas de moral

inacessível, mas com tarefas distintas. Para ambos o sexo ensinava-se ler, escrever, contar e as quatro operações, a distinção aparecia: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura.

Era evidente que a educação das meninas e dos meninos não faziam parte de um processo único, universal, naquela sociedade. As divisões de classe, etnia e raça tinham um papel importante na determinação das formas de educação utilizadas na formação de homens e mulheres daquele período.

Os imigrantes de origem alemã, italiana, espanhola, japonesa etc. auxiliados diretamente por suas regiões de origem, tinham propostas educativas diferentes e construíam escolas para meninos e para meninas, trazendo consequências para a sociedade brasileira. Mas, de modo geral, as meninas das camadas populares estavam desde muito cedo, envolvidas nas tarefas domésticas, no trabalho da roça, no cuidado dos irmãos menores, atribuições essas, que tinham prioridade sobre qualquer forma de educação escolarizada para elas.

“Algumas ordens religiosas femininas dedicaram-se especialmente à educação das meninas órfãs, com a preocupação de preservá-las da “contaminação dos vícios”; outras religiosas voltaram-se “ao cuidado das moças sem emprego e daquelas que se desviavam do bom caminho.” (DEL PRIORE, 2006, p. 445).

Na virada do século, trabalhadores organizados em grupos políticos como o socialismo ou o anarquismo, além de apresentarem propostas para a educação de suas crianças, as tornaram realidade através da criação de escolas. Iniciativas importantes, principalmente entre os anarquistas que ainda davam atenção especial à educação feminina. Eram freqüentes, nos seus jornais, artigos que apontavam à instrução como uma “arma privilegiada de libertação” para a mulher. Também era comum reunirem homens e mulheres em prolongadas palestras e discussões, onde entre outros temas tratavam da educação e da participação feminina no movimento operário e na sociedade.

As filhas de grupos sociais privilegiados deveriam estar plenamente preparadas para o domínio da casa, por isso, o ensino da leitura, da escrita e das noções básicas de matemática era normalmente acompanhado pelo aprendizado de piano e de francês. Como as moças deveriam tornar-se, não apenas uma companhia mais agradável ao marido, mas uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente, também lhes eram ensinadas as habilidades com agulha, como os

bordados e as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de mando das criadas e serviçais.

As formas e concepções de educação das mulheres nessa sociedade eram múltiplas. Muitos grupos afirmavam que as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas, ou seja, para elas a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, não sendo necessárias altas doses de instrução. Como para muitos, o destino primordial da mulher era o de ser mãe e esposa, educadora das gerações do futuro e pilar de sustentação do lar, sua educação exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios.

Só nas últimas décadas do século XIX surge a necessidade da educação para a mulher vinculando-a a modernização da sociedade, à higienização da família, à construção da cidadania. A preocupação em vincular o conceito de trabalho à “ordem e progresso”, levou os condutores da sociedade a arregimentar as mulheres das camadas populares. A elas caberia formar novos trabalhadores e trabalhadoras, para tanto deveriam se diligentes, honestas, ordeiras, asseadas, responsáveis pela manutenção de um lar afastado dos distúrbios e perturbações do mundo exterior.

Para muitos, a chave principal de qualquer projeto educativo era a educação feminina concebida com uma sólida formação cristã. Ainda que a República formalizasse a separação entre a Igreja Católica e o Estado, permanecia como dominante a moral religiosa, que apelava tanto para a missão sagrada da maternidade quanto para a manutenção da pureza feminina, implicando no recato, no pudor, na busca constante de uma perfeição moral, na aceitação de sacrifícios, na ação educadora dos filhos e filhas.

5. A MULHER E A EDUCAÇÃO PARA A SUBMISSÃO

A mulher continua sendo considerada subalterna ao longo dos séculos, fato explicado, muitas vezes, pela condição de reprodutora como causa da inferioridade em que a mulher se encontra, ou até mesmo seu destino, como ser complementar do homem. Como a burguesia vê a emancipação feminina como um perigo para seus interesses, apropriou-se facilmente dessa condição de subalternidade feminina, apegando-se na solidez da família como forma de garantir a propriedade privada.

As desigualdades não provêm do fato de termos nascidos “machos” ou

“fêmeas”, mas sim das relações e papéis sociais e sexuais construídos socioculturalmente. A própria sociedade determina o que é masculino e o que é feminino, através de suas instituições, da cultura, do sistema educacional, da divisão sexual e social do trabalho, etc. As relações desiguais de gênero é que levam a mulher à subalternidade.

Como a sociedade se concebeu centrada no homem, muitas vezes, não nos damos conta de que desenvolvemos relações bem diferentes com os meninos e com as meninas. Pais e filhos, de ambos os sexos perceberam que fazem diferenças. Essas diferenças podem ocorrer, por exemplo, quando são enfatizadas características que eles esperavam ver mais desenvolvidas nas meninas, e, outras nos meninos.

Claro que tratar meninos e meninas de modo igual, não é a solução para o problema do preconceito presente na sociedade. Não se podem negar as diferenças e nem o modo de pensar já estabelecido. Faz-se necessário construir a consciência crítica dos preconceitos, e ensinar, sobretudo, o respeito para com o semelhante.

O modelo que temos hoje é o de um mundo formado e dirigido por homens, onde as mulheres aparecem como imperceptíveis coadjuvantes na construção da sociedade. Para se mudar essa maneira sexista que só serve para promover ainda mais as desigualdades entre homens e mulheres, é necessário implantar, através da educação, valores e idéias que não venham a reforçar a concepção de superioridade do mundo masculino em relação ao feminino, mas, que estabeleça condições de igualdade de oportunidades para ambos os sexos.

Muitas vezes, são as próprias mulheres as responsáveis pela reprodução do machismo e das idéias que pregam a suposta inferioridade delas em relação aos homens. Idéias essas, que são repetidas a exaustão na família, nas igrejas, nos meios de comunicação, até que a sociedade se convença delas, tornando-as predominantes.

Para combater esse tipo de educação, devem-se evitar grupos por sexo, fazer leituras críticas a partir da perspectiva de gênero, analisar a realidade da sociedade brasileira e a importância da mulher nessa sociedade, acabar com os estereótipos que colocaram homens e mulheres em mundos divididos e rígidos padrões de comportamento.

À escola e aos educadores, cabe uma reflexão sobre gênero, que leve ao desenvolvimento de um trabalho que possa contribuir para que a educação seja um instrumento de democracia, que venha a colaborar para a superação de preconceitos e para a formação de pessoas comprometidas com a igualdade de direitos entre os sexos.

A partir do século XX, devido as constantes mobilizações, movimentos, estudos e efetiva participação da mulher nos sindicatos, escolas, universidades e associações, a luta das mulheres contra a discriminação, violência e preconceito se tornam cada vez mais visível. Os desejos as angustias, enfim, a história de vida das mulheres se torna pública. Mesmo assim, o modelo econômico Neoliberal em que vivemos, com todas as transformações ocorridas na condição feminina, leva à exclusão social de muitas mulheres que não são capazes de decidir sobre suas próprias vidas.

6. AS MULHERES E AS MÁQUINAS

“A sociedade industrializada necessitava de mão-de-obra para os diferentes campos de trabalho que se abrem e percebem o significado da inserção da mulher nos meios profissionais e da escolarização como elemento preponderante a essas mudanças.” (GASPARI, 2003, p. 72). Nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, grande parte do proletariado era formado por mulheres e crianças. A imprensa operária, denunciava as investidas sexuais de contramestres e patrões sobre as trabalhadoras, que se revoltava contra as situações de humilhação a que estavam sujeitas nas fábricas.

Apesar das mobilizações políticas e das greves realizadas nos estabelecimento fabris entre 1890 e 1930, as operárias eram, na maioria das vezes, vistas como “mocinhas infelizes e frágeis”, desprotegidas e emocionalmente vulneráveis aos olhos da sociedade.

As dificuldades aparecem desde cedo. Vários eram os modos como essas trabalhadoras eram percebidas: frágeis e infelizes para os jornalistas, perigosas e indesejáveis para os patrões, passivas e inconscientes para os militantes políticos, perdidas e degeneradas para os médicos e juristas.

Como a maior parte da documentação sobre o universo fabril foi produzida

por autoridades públicas, lidamos muito mais com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com suas próprias percepções de condições social, sexual e individual.

A grande maioria das trabalhadoras das primeiras fábricas brasileiras era composta por imigrantes europeias: italianas, espanholas portuguesas, alemãs, romenas, húngaras, polonesa, lituanas, sírias, judias. Elas foram atraídas pelo governo, para trabalhar tanto na lavoura e nas fazendas de café quanto nas fábricas que surgiam nas cidades, em substituição à mão-de-obra escrava.

Seduzidos pelo anúncio de um futuro promissor e sonhando em “fazer a América”, os imigrantes formaram os principais contingentes das fábricas que cresciam no Rio de Janeiro e em São Paulo. A industrialização brasileira, que havia iniciado no Nordeste, com a indústria de tecidos de algodão na Bahia, entre as décadas de quarenta e sessenta do século XIX, passou a concentrar um número maior de operários no Rio de Janeiro, e a partir da década de 1920, em São Paulo.

Sabe-se que era significativo o número de mulheres e crianças imigrantes, força de trabalho abundante e barata, que era a maioria nas primeiras fábricas. Setores como os de metalurgia, calçados e mobiliário eram ocupados pelos homens, mas em indústrias de fiação e tecelagem, por possuírem pouca mecanização era comum o trabalho de mulheres. Em 1901, um dos primeiros levantamentos sobre a situação da indústria no estado de São Paulo constatou que 49,95% do operariado era composto por mulheres, e 22,79% eram crianças. Isso mostra que a grande maioria dos trabalhadores têxteis eram mulheres e crianças.

Muitas mulheres eram costureiras e complementavam o orçamento doméstico trabalhando em casa, às vezes até 18 horas por dia, para uma fábrica de chapéu ou alfaiataria. Negócio esse bastante lucrativo para os industriais, uma vez que, deixavam de pagar determinados impostos e ainda exploravam discretamente à força de trabalho feminina e infantil, consideradas como de baixa capacidade de resistência.

Na medida em que avançam a industrialização e a incorporação da força do trabalho masculino, as mulheres vão sendo progressivamente expulsas das fábricas. Vão aumentando cada vez mais as barreiras para as mulheres participarem do mundo dos negócios, de variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas sempre tiveram que lutar contra os inúmeros

obstáculos para ingressar no campo mais conhecido como “masculino”. Esses obstáculos já vinham da própria família, hostil ao trabalho feminino fora do lar. Para os pais, as filhas deveriam assegurar o futuro, encontrando um “bom partido” para casar, o que batia de frente com as suas aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões. Os homens procuravam desqualificar o trabalho feminino, procurando não socializar informações importantes para preservar seu espaço na esfera pública.

A partir do início do século XX, as mulheres foram sendo progressivamente substituídas pela mão-de-obra masculina, passando a partir de 1950 a representar apenas 23% da força de trabalho nas fábricas. Com a Primeira Guerra Mundial, houve uma intensificação do desenvolvimento industrial, causando um aumento de 83% da população operária masculina em detrimento da feminina.

A rotina de trabalho nas fábricas variava de 10 a 14 horas diária, sob a supervisão dos patrões. Normalmente, as mulheres ficavam com as tarefas menos especializadas e mal remuneradas porque os cargos de direção cabiam sempre aos homens. Como não havia uma legislação trabalhista, as operárias procuravam à imprensa operária para registrar suas queixas: contra as péssimas condições de trabalho, a falta de higiene, o controle disciplinar, o assédio sexual etc.

7. O LUGAR DA MULHER NA SOCIEDADE

O que chama a atenção é a freqüente associação entre a mulher no trabalho e a questão da moralidade social. Diversos setores sociais destacam em seu discurso que o mundo do trabalho representava uma ameaça à honra feminina. Operários militantes, médicos higienistas, jornalistas, juristas e até as feministas descreviam a fábrica como “antro de perdição”, “bordel” ou “lupanar”, onde as trabalhadoras eram vistas como figuras passivas e indefesas.

Influenciados por teóricos e economistas ingleses e franceses, muitos acreditavam que o trabalho da mulher fora de casa, tornaria os laços familiares mais frouxos, debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, destruiria a família. Se trabalhassem fora do lar, as mulheres deixariam de se interessar pelo casamento e pela maternidade.

Seguindo ainda a influência do filósofo francês Jean-Jacques Rousseau, do

pensamento médico e das concepções religiosas, as elites intelectuais e políticas do início do século XX procuraram redefinir o lugar da mulher na sociedade. No momento em que a urbanização e a industrialização das cidades criavam novas perspectivas de trabalho e atuação, também houve uma mudança nas relações entre homens e mulheres, que passaram a se pautar por modelos europeus.

O teatro, a ópera, as confeitarias, restaurantes e cafés-concerto tornam-se os principais centros de encontro das elites, que ao deixarem à vida isolada do mundo rural e dos pequenos núcleos urbanos, onde a igreja era o principal espaço de sociabilidade, passam a buscar, com a modernização das cidades, novas formas de reunião social e diversão.

As mulheres da classe média e alta abandonaram as roupas sóbrias e sisudas e passaram a se vestir conforme os ditames da moda francesa. Mulheres de famílias ricas e cortesãs de luxo passaram a procurar as costureiras francesas. Principalmente nos anos 20 a figura da mulher moderna, magra, ágil, agressiva e independente, comparada às atrizes norte-americanas, passou a ser admirada pelas platéias femininas e masculinas.

“As trabalhadoras pobres - operárias, costureiras, floristas, garçonetes – começaram a ser observadas nas ruas da cidade ao lado das mais ricas por memorialistas, viajantes, literatos, jornalistas e médicos.” (DEL PRIORE, 2006, p.586).

Os cinemas, seduzindo a platéia com os atores e as atrizes norte-americanos, atraíam um crescente número de público. Todas as classes sociais passaram a valorizar os esportes. Tanto os trabalhadores imigrantes como os nativos desenvolviam uma cultura própria com grupos de teatro e propaganda política nos centros de cultura social, nas bibliotecas públicas. As operárias acompanhadas de seus namorados, maridos ou amigos também participavam desse novo universo social. Era a modernização que chegava ao país.

Claro que a despeito dessa modernização, as relações familiares continuavam sendo pautadas por um forte moralismo, tanto nas camadas mais ricas como nas mais pobres da sociedade. Mesmo entre os anarquistas, desfavoráveis ao casamento monogâmico e a exigência da virgindade para a mulher, defensores do amor livre, do divórcio e da maternidade voluntária, os códigos de conduta sexual eram bastante severos revelando-se que havia ainda uma enorme preocupação com

a preservação da moralidade das mulheres no meio operário.

Em todos os sentidos, a sociedade modernizava-se. Os anarquistas e socialistas, no interior das fábricas, reclamavam contra os maus-tratos e a exploração dos patrões. Os industriais modernos adeptos do Taylorismo, método “científico” de racionalização do trabalho nascido nos Estados Unidos e difundido pelo mundo, defendiam que as fábricas fossem remodeladas para dar ao trabalhador a sensação de aconchego e paz, eliminando a “luta de classes”.

Nesse contexto, com a crescente incorporação do trabalho feminino à esfera pública em geral, passou-se a discutir amplamente, ao lado de temas como: sexualidade, adultério, casamento e prostituição. Diante do avanço urbano de muitas cidades brasileiras e da concentração de um grande contingente de trabalhadoras nos bairros operários, o mundo público passou a ser considerado como ameaçador para a moralidade das mulheres e crianças.

Muitos médicos e higienistas acreditavam que o trabalho fora do lar levaria à desagregação da família, pois, se as mulheres passassem a trabalhar durante o dia, não teriam tempo para se dedicar ao marido, a casa e aos filhos. As preocupações eram tamanhas que levaram à delimitação de rígidos códigos de moralidade para mulheres de todas as classes sociais. As que pertenciam à elite e às camadas médias era o centro dessas preocupações.

“As trabalhadoras pobres eram consideradas profundamente ignorantes, irresponsáveis e incapazes, tidas como mais irracionais que as mulheres das camadas médias e altas, as quais, por sua vez, eram consideradas menos racionais que os homens [...]” (DEL PRIORE, 2006, p. 589). Talvez por isso, profissões como: costureira, operária, lavadeira, doceira, empregada doméstica, florista, artista e várias outras profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e de prostituição.

As feministas, em seu discurso, consideravam as dificuldades que as mulheres da condição social mais alta enfrentavam para ingressarem no mundo do trabalho. Mas, com relação às demais trabalhadoras, o discurso das feministas afetava muito pouco o conceito que elas mesmas tinham. Diziam-se responsáveis pelo futuro das trabalhadoras pobres, mas, não falavam ou não sabiam como encaminhá-las. Até mesmo as feministas consideravam as operárias incapazes de produzir alguma forma de manifestação cultural.

De modo geral, à medida que a industrialização absorveu as atividades outrora exercidas na unidade doméstica, como a fabricação de tecidos, pão, manteiga, doces, vela, fósforos, etc. desvalorizaram os serviços domésticos, ao mesmo tempo em que procurou revigorar a ideologia da maternidade de que, ser mãe tornou-se a principal missão da mulher, num mundo onde se buscava estabelecer as fronteiras entre a esfera pública essencialmente masculina, e a privada, vista como lugar natural da esposa-mãe-dona de casa e de seus filhos.

8. AS MULHERES E A LUTA DE CLASSES

O movimento operário também protestava contra as inúmeras formas de exploração do trabalho, tanto feminino como infantil. Os anarquistas, por exemplo, condenava o fumo, a bebida alcoólica, o comportamento excêntrico, as festas de carnaval, não só por moralismo, mas porque as mulheres pobres estariam mais expostas a situações que permitiriam reforçar os estereótipos atribuídos a elas.

Nas primeiras décadas do século XX, as anarquistas e sindicalistas procuraram organizar as trabalhadoras, convocando-as para discutir seus problemas ou para assembléias sindicais. Desde o início da industrialização, elas escreviam vários artigos na imprensa operária, apontando os problemas que as trabalhadoras enfrentavam tanto na produção como na vida social, as péssimas condições de higiene nas fábricas e a inexistência de direitos políticos e sociais para as mulheres.

As anarquistas tentavam mostrar como a questão da emancipação da mulher poderia se resolvida com uma “revolução social” mais ampla, de onde se originaria um mundo fundado na igualdade, na justiça e na liberdade. A luta pela libertação feminina estava relacionada à emancipação de toda a humanidade. Tanto as socialistas, como as comunistas e as anarquistas consideravam a questão feminina secundária em relação ao conflito de classes, que uma vez solucionado poria fim ao problema da opressão sexual. No entanto, as operárias anarquistas, propunham um feminismo libertário, questionando não apenas o patriarcalismo da sociedade brasileira, como também, a discriminação sexual no meio operário e no ambiente de militância política.

Contrariamente às feministas liberais, as anarquistas não reivindicavam o direito ao voto porque acreditavam que de nada adiantaria participar do campo

político, diferentemente das comunistas e das socialistas, se recusavam a criar um partido político, que para elas reproduziria, internamente e na sociedade, as mesmas relações hierárquicas e de poder que elas já haviam procurado destruir no mundo burguês, instaurando as mesmas formas de desigualdade que eram criticadas.

Tanto os libertários quanto os anarquistas queriam uma sociedade autônoma, fundada na solidariedade entre os indivíduos e não a competição. Nessa sociedade, sem distinção de raça, idade, sexo ou classe socioeconômica, todos teriam os mesmos direitos e deveres. Para tanto, deveriam lutar contra todas as formas de poder.

A condição feminina, o trabalho fora do lar, o casamento, a família e a educação deveriam se repensados e praticados de uma maneira renovada. As relações entre homens e mulheres deveriam ser radicalmente transformadas. As mulheres só teriam novas oportunidades de trabalho e de participação na vida social, se desfrutassem de condições de igualdade com os homens.

Para os libertários, a mulher emancipada desfrutaria dos mesmos espaços políticos, sociais e culturais que o homem.

A mulher deveria ter seus direitos não apenas reconhecidos, mas ampliados. As anarquistas reivindicavam também o fim da valorização burguesa da virgindade feminina.

No discurso libertário, isso não significava o fim da família, mas sua constituição fundada em princípios morais que envolvesse uma aposta na espontaneidade da atração entre os sexos, uma crença profunda nas potencialidades da natureza humana e no poder transformador da educação. Nesse sentido, defendia-se uma educação voltada para a realização das capacidades individuais, fundamentada no desenvolvimento da criatividade da pessoa e na crítica aos métodos autoritários e coercitivos do mundo capitalista.

Principalmente a partir da década de cinquenta do século XX, aumentou a participação feminina no setor de consumo coletivo, em escritórios, no comércio ou em serviços públicos, surgindo mais oportunidades de emprego em profissões como: enfermeiras, professoras, funcionárias burocráticas, médicas, assistente social, vendedoras, etc. Demanda que exigiu uma maior escolaridade feminina e provocou mudanças no status social das mulheres.

No entanto, muitos preconceitos cercavam, nitidamente, o trabalho feminino nessa época. No imaginário social, ainda prevalecia a idéia de incompatibilidade entre casamento e vida profissional para mães e donas de casa.

Em geral esperava-se que as mulheres se dedicassem exclusivamente ao lar e fossem sustentadas pelos maridos, privilégios esses que, se perdidos com o mundo do trabalho, implicariam na perda da feminilidade. Era comum que as mulheres que trabalhavam fora, interrompessem suas atividades com o matrimônio ou com a chegada do primeiro filho. Isso, muitas vezes, gerava um conflito entre as visões tradicionais sobre os papéis femininos e a nova realidade do mercado de trabalho, a obtenção de uma independência e a possibilidade de satisfazer as necessidades de consumo pessoal e familiar.

Também, graças ao desenvolvimento econômico da década de cinquenta, houve um aumento significativo do nível de escolaridade feminina. Pelo menos em relação ao acesso das mulheres à educação formal, e às áreas antes reservadas aos homens, diminuíram-se as distâncias.

A modernização da sociedade brasileira atingiu de maneira diferente os diversos grupos sociais e produziu várias formas e níveis de conflito. As reivindicações das mulheres trabalhadoras atingiram tanto áreas ligadas às atividades produtivas, estendendo-se até a vida familiar.

Desde o início do século XX, duas décadas após a Abolição da Escravidão, algumas trabalhadoras já lutavam por direitos trabalhistas e proteção previdenciária. Em 1907, quando surge na vida política brasileira a liberdade sindical, determinadas categorias profissionais como, os burocratas civis e militares, trabalhadores dos arsenais da marinha, ferroviários, trabalhadores da imprensa nacional, formularam as primeiras pautas reivindicatórias. Reivindicações essas, que acabaram se limitando ao cotidiano do trabalho dos homens e não faziam a menor referência à vida fora das fábricas, muito menos às especificidades do trabalho da mulher. Muitas vezes, essas trabalhadoras eram sequer reconhecidas como parte da população economicamente ativa; sua contribuição social reduzia-se à de mantenedora do equilíbrio doméstico familiar.

A partir de 1930, inaugura-se no Brasil a constituição da cidadania social, com a criação do Ministério do Trabalho, a legislação trabalhista passa a ser válida em todo o território nacional. O Estado passa a definir os direitos e os deveres da

organização das práticas produtivas; aceita as associações profissionais como interlocutoras e reconhece oficialmente os sindicatos.

Até 1964, depois do golpe militar, a noção de cidadania permanece vinculada ao emprego estável, assalariado e urbano, priorizando-se o espaço fabril e os trabalhadores e empresários das grandes empresas. Por um lado essas ações representaram um avanço nas relações de trabalho, mas, por outro acabaram excluindo a maioria dos trabalhadores.

Como nessa época mais da metade da população brasileira residia no meio rural, onde predominava a produção familiar e o assalariamento informal, esse enorme contingente ficava excluído da reciprocidade contratual e tendo de aguardar vários anos para atingir os direitos previdenciários.

Buscando legitimidade, os governos militares ensaiaram algumas políticas direcionadas às camadas populares como, por exemplo: programas de alfabetização, de assistência médico-hospitalar e de alfabetização. Porém esses programas consideravam como público alvo a família institucionalmente constituída em torno do chefe da família e, portanto reafirmavam a assimetria das relações entre homens e mulheres.

Talvez, devido ao autoritarismo dos governos militares, as organizações sindicais da época tentam introduzir propostas políticas voltadas para a democracia, deixando em segundo plano, questões relativas às condições de vida e à reprodução social da família. Como o Estado admitia como interlocutores, algumas categorias profissionais e os chefes das famílias institucionalmente constituídas, a maior parte das mulheres continuava não sendo contemplada.

Entre 1979 e 1985, cresceu a mobilização de diferentes setores da sociedade exigindo a redemocratização do país. Começaram a surgir novas práticas sociais: reivindicam-se, negociações coletivas, eleições de delgados sindicais nos locais de trabalho, novas modalidades de vínculos políticos entre os trabalhadores. Surgem correntes sindicais inovadoras e críticas onde a organização sindical passa por um processo de questionamentos internos e externos.

Sobretudo nas cidades, o conflito passa a atingir dimensões não só das paredes das fábricas e das relações de trabalho, como também das condições de vida. Movimentos como as associações de bairro e os movimentos populares ganham alcance nacional, redimensionando a representatividade das instâncias

sindicais, sua capacidade de mediação com o Estado e a centralidade nas lutas econômicas.

É na confluência entre a herança histórica do sindicalismo e a luta pela melhoria de condições de vida, que se começa a notar que a população trabalhadora é formada tanto por homens como por mulheres, cada um com suas responsabilidades no seio da família.

“O direito à cidadania política – o direito ao voto – é alcançado pelas mulheres brasileiras em 1932, antes de vários países da Europa, como França e Itália [...]” (DEL PRIORE, 2006, p. 644). Porém as aspirações que buscavam proporcionar oportunidades iguais para ambos os sexos, principalmente as relacionadas ao mundo do trabalho, passaram por um longo período de silêncio.

Diante das mobilizações de vários setores sociais em prol da redemocratização do país, surgiu a necessidade de se repensar a divisão sexual do trabalho a partir da confluência entre as propostas da renovação cultural sindical e os movimentos populares, bem como da união entre grupos de mulheres trabalhadoras, grupos feministas, algumas organizações sindicais, partidos e setores das instituições da administração do Estado.

Muitas queixas e relatos sobre a discriminação e a segurança sexual tornam-se fontes de denúncias e demandas de novos direitos. Grupos de mulheres conseguem uma nova forma de penetrar nas estruturas de representação, nas diretorias das organizações sindicais, partidos políticos, associações, comitês, etc., tradicionalmente ocupados por homens, através de reflexões, mobilizações, debates, frente aos tradicionais parâmetros da cultura sindical.

Ao longo dos anos 80 ocorre uma revisão da imagem social da feminilidade. Chega-se à consciência de que qualquer definição, de papéis, da identidade e dos códigos de comportamento da mulher é instável e transitória. Aparecem com maior clareza os limites daquilo que seria característico da natureza social da mulher.

A partir do final dos anos 60, as mulheres de segmentos urbanos já aparecem à frente de várias práticas reivindicativas. Mesmo quando a reflexão sobre o trabalho e a discriminação no mercado de emprego não estão presentes, são constantemente avaliados e revisados os papéis sociais da mulher, sejam eles de mãe, esposa ou dona de casa.

Com o objetivo de rever a divisão sexual no trabalho e a relação de pó der

na representação sindical, as trabalhadoras urbanas e rurais passam a refletir, em sua participação política, temas que têm como ponto de partida o cotidiano doméstico e do trabalho.

Trabalhadoras dirigentes sindicais, em seus discursos, passam a reconhecer a contribuição do feminismo, mesmo que muitas não tenham participado diretamente da eclosão desse movimento. Elas se mostraram capazes de incorporar em suas concepções políticas, uma visão mais ampla de cidadania, dando continuidade à luta pela revisão da feminilidade.

Para as trabalhadoras se faz necessário rever a maneira como seus diversos papéis são exercidos. São questionadas as atribuições domésticas e extra-domésticas de homens e mulheres; o papel da mãe e do pai são confrontados. Tais questionamentos mostram que, para renovar o conceito de feminilidade, é indispensável renovar também, o conceito de masculinidade.

CONCLUSÃO

Tem-se percebido uma mudança radical em termos da proporção nas quais as mulheres são representadas na produção de conhecimento e da teoria no que se refere ao status da mulher, tanto dentro quanto fora das instituições oficiais, da educação e da pesquisa.

As relações de poder e de gênero têm mantido as mulheres ausentes da participação ativa da produção do conhecimento. São defendidos novos paradigmas na pesquisa feminina com base na mudança de foco de homem para mulher e homem.

Diferentemente das visões que expressam a marginalização dos estudos das mulheres, as visões atuais vêm a pesquisa sobre as diferenças entre mulheres e entre homens, ligando o gênero ao trabalho do poder e ao estudo da natureza do sexismo na sociedade humana, como uma realidade social importante.

As intelectuais feministas começaram a mudar por criticar o preconceito na pesquisa tradicional, a explorar o status numa variedade de sociedades, a desvendar o preconceito de estudo das mulheres na academia, e a teorizar sobre suas posições sociais sob novas maneiras. Há um esforço maior para construir modelos mais complexos que vêm as mulheres e homens ocupando um número

variado de diferentes papéis que formam um conjunto de inter-relações disponíveis para investigação.

A pesquisa feminista reforça e argumenta que necessitamos estudar as mulheres, porque caso contrário só vê parte da raça humana. A marginalização das mulheres, tem permanecido como uma teoria popular que trata a feminilidade como uma aberração, ou a considera como um ser incompleto e a masculinidade como a posição mais aceita. É preciso estudar as mulheres em seus próprios termos, ir além de apenas nomear as grandes.

Outra questão diz respeito ao termo “papel do sexo” que ainda não foi claramente definido. O mais óbvio é afirmar que as características intelectuais, emocionais e de personalidade são distribuídas numa variedade de possibilidades, sem restrição de sexo, raça ou nacionalidade.

Foram apresentados alguns subsídios teóricos e exemplos do cotidiano social, direcionados para uma análise de conceitos e preconceitos estabelecidos sobre o papel social da mulher. Nesse contexto, procuramos argumentar sobre a importância de um estudo sobre as mulheres na sociedade, conectado a ação do homem na formação e organização social.

De forma bem resumida e simplista, pode-se afirmar que a questão de gênero está relacionada às construções sociais que permeiam a existência de ambos os sexos. Por isso todas as construções sociais sexistas foram dimensionadas tomando a definição de sexo como justificativa. Na nossa sociedade, o sexismo tem sido estimulado, internalizado e exercido por homens e mulheres.

Considerando-se esses aspectos, se faz necessário ressaltar que o objetivo de uma discussão sobre o papel da mulher e do homem na sociedade não pode ser direcionado a uma única vertente. Mesmo fazendo-se referência somente ao grupo das mulheres, há incontestáveis distinções dentro desse grupo, que tem experimentado das mais variadas formas as perspectivas sexistas.

Uma estratégia de resgate da participação das mulheres na construção histórico-política da sociedade pode ser um estudo das dificuldades e lutas que ela enfrenta na sociedade capitalista patriarcal.

Fala-se muito em educação multicultural no Brasil, no entanto, para que isso seja possível, é necessário que se promovam inúmeras discussões e análises sobre o significado do ser na sociedade, bem como o reconhecimento de que as pessoas

são diferentes, mas que essas diferenças são relacionais, que discursos, verdades e histórias são construídos para o privilégio de uns em detrimento de outros. Uma educação multicultural que defenda a linguagem e as atitudes não-sexistas, que defenda a articulação e a negociação das diferenças de gênero em nossa sociedade.

Assim, a educação multicultural é a que reconhece que qualquer negociação das diferenças entre gênero inclui um estudo dos modos de resistência, dos conflitos, dos entraves sob os quais, vários grupos sociais têm vivido. Devendo, portanto, estar direcionado ao valor da análise crítica sobre todas as situações de gênero na sociedade, pois a crítica, além de excelente produtora de conhecimento é uma das grandes possibilidades para que mudanças venham acontecer.

Finalmente esperamos que um número cada vez maior de pessoas possam reconhecer que existem mudanças urgentes e possíveis para acontecer, objetivando que os seres humanos possam articular uma vivência mutuamente inclusiva. Onde homens e mulheres possam compreender suas vidas por uma visão mais ampla, para que a partir daí, consigam participar das mais variadas formas da criação de um futuro sustentável, igualitário e renovado.

REFERENCIAS

ALMEIDA, J. S. de. **Mulher e educação a paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1988.

ALVES, P. Kant e o feminismo. In: FERREIRA, M. L. R. **O que pensam os filósofos sobre as mulheres**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 1988.

ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

BEAUVOIR. In: **Nova Enciclopédia de Biografias**. Rio de Janeiro: Planalto Editorial, 1979. v. 1. p.120.

BURGUIERE, André. **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BURKE, Peter. (org.) **A Escrita da História Novas Perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

CRAVO, V. L. Z. A Influência da Mulher na Independência. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, v. 18, p. 9-17, 1973.

GASPARI, Leni Trentim. **Educação e Memória: Imagens Femininas nas “Gêmeas do Iguaçu” nos anos 40 e 50**. (Dissertação de Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2003.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História, Operários, Mulheres e Prisioneiros**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PRIORE, M. D. (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.